

Nesta edição a Temas & Matizes apresenta o “Dossiê Mercosul: Lutas Populares e Projetos Sociais”, formado por 5 excelentes artigos e 2 documentos históricos firmados entre o governo brasileiro e o argentino, que marcaram o novo momento de retomada da integração no Cone Sul.

Hoje, a mais de duas décadas após o primeiro ato inter-governamental – a Declaração de Iguazu, de 1985 – que deu início às negociações oficiais que resultaram no Tratado de Assunção, de 1991, obviamente, podemos revisar a história com mais elementos e perceber as ações e articulações dos mais variados sujeitos sociais envolvidos no processo. Muitos de nós, inclusive, participamos desta história e temos condições de visitar algumas dimensões do Mercosul e perceber os contextos (nacionais, regionais e internacionais) e interesses políticos e socioeconômicos que marcaram os projetos e rumos desta integração.

Com a temática do Dossiê a revista tem o propósito de contribuir com o debate sobre a história da formação do Mercosul, ou seja, da história e da historiografia da integração latino-americana – o que implica em indagar quem foram os sujeitos e qual integração estava sendo articulada no campo institucional e social (integrar o quê, para quê e para quem integrar?) – e problematizar as lutas sociais na atualidade.

Para pensar o tema da integração e estudar casos concretos é fundamental discernir e distinguir o campo teórico (teoria da integração) e a práxis dos sujeitos históricos, como é próprio de toda pesquisa histórica. Uma boa orientação para estas questões pode ser encontrada na análise que Samuel Pinheiro Guimarães (2000) fez sobre a condição da periferia nas relações internacionais e na divisão internacional do trabalho existente no capitalismo contemporâneo. Podemos afirmar que, para Samuel Pinheiro, a inserção internacional dos governos nacionais (diplomática e econômica) está umbilicalmente ligada à hegemonia interna. A partir da hegemonia interna, firmada, mantida e contraposta na territorialidade da nação – na inter e intra-relação entre Estado e Sociedade Civil, concebidas enquanto conceito ampliado da política –, que os Estados agem, enquanto sujeitos, num projeto de integração. Portanto, a participação e as ações dos Estados nacionais, mediante seus governos, em projetos de integração não são orientadas exclusivamente pelas instâncias de governo nem meramente pelo circuito da sua institucionalidade. Ambas fazem parte da construção e do exercício da hegemonia interna e da sua expansão para além do nacional. Esse mesmo olhar também diz respeito à teoria da integração, pois, as formas jurídico-institucionais não estão desenraizadas dos sujeitos envolvidos e dos seus interesses em estabelecer, ou não, um determinado projeto de integração supranacional. A própria forma de um caso concreto de integração faz parte da contingência dos sujeitos e das lutas sociais. Um ideal – ou um “tipo ideal de integração” (no sentido weberiano) –, também é projeção, com caráter de classe(s), de determinados campos sociais na história. Da mesma forma a reflexão historiográfica só tem pertinência crítica se situar as interpretações produzidas sobre a história da integração com o envolvimento sócio-político dos seus elaboradores, autores e intelectuais.

O predomínio de temas comerciais e econômicos, tal como a redução das medidas tarifárias e não-tarifárias, saldos comerciais, volume do comércio, etc. é própria da visão que se tem do intercâmbio internacional e da normatização e institucionalização de organismos e instâncias com poder jurídico e de arbítrio sobre as questões de interesse dos estados-membros e dos particulares. Este predomínio é, pois, domínio e exercício da hegemonia, é a ossatura do aparelho do Estado e a organicidade da sociedade de classes, como afirmou Nicos Poulantzas (2000).

Para situar melhor esta problemática, a relação entre a história e a historiografia, é oportuno indicar três referências que abordaram o sentido da integração e sua centralidade econômico-comercial. Ruy Mauro Marini (1992), Dinarte Belato (1992) e o DIEESE (1991) apontaram para a necessidade de compreender os projetos de integração da ALALC e do Mercosul enquanto interesse das grandes empresas em expandir mercado. Vejam que a expansão externa do mercado, para a realização do capital, desconsidera a problemática das desigualdades sociais no mercado interno (distribuição da riqueza e renda na sociedade nacional). O argumento da criação de espaços econômico-comerciais ampliados, da economia de escala e sua relação com a otimização ou eficiência tecnológica, tem lógica e base smithiana e ricardiana, entretanto, é preciso identificar quem são aqueles que conseguem agir numa economia de escala, fundamentalmente as grandes empresas. Também é muito simplório afirmar que a ALALC não teve continuidade por problema da metodologia da desgravação tarifária adotada no Tratado de Montevidéu, assinado em 1960.

Com relação aos rumos e/ou mudança nos rumos de um projeto de integração e sua relação com a teoria da integração ou com seus marcos legais, a análise também não pode estar descolada dos sujeitos históricos envolvidos. A opção por publicar dois documentos oficiais relacionados ao Mercosul teve, justamente, o propósito de apontar para este fato. Há de se concordar que a história não tem, *a priori*, um caminho certo e evolutivo a seguir, tampouco de que o progresso tecnológico tem uma natureza intrinsecamente positiva. A crise econômica atual é suficiente para evidenciar a imprevisibilidade da história e a análise que Osvaldo Coggiola, apresentada no artigo publicado neste dossiê, é oportuna para identificar quem são os sujeitos da crise, seus custos sociais e quais os cenários abertos para outros sujeitos.

Na *Declaração de Iguaçu*, de 1985, os presidentes Sarney, do Brasil, e Alfonsín, da Argentina, manifestaram preocupação acerca da crise vivida no período: os efeitos da crise do petróleo (a de 1979/80), da crise da dívida externa e as implicações que a formação dos blocos econômicos no centro do capitalismo (Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão) produzia na economia mundial e aos países do hemisfério Sul. O núcleo central dos acordos bilaterais posteriores envolviam os setores econômicos (estatal e privado-empresarial) afetos à crise e aos novos padrões da concorrência internacional e da acumulação de capital. Seguindo uma posição política regionalizada, o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), de 1986, e o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD), de 1988, ambos assinados pelos mesmos presidentes, pautavam-se pelos princípios de gradualidade (num período de 10 anos), flexibilidade, equilíbrio e simetria.

A *Acta de Buenos Aires*, assinada no dia 6 de julho de 1990 pelos presidentes Fernando Collor de Mello, do Brasil, e Carlos Menem, da Argentina, mudou os rumos da integração, em parte, estabelecendo uma nova dinâmica para a desgravação com reduções tarifárias gerais, lineares e automáticas, e reduzindo o prazo para 4 anos, coincidindo a assinatura de um futuro tratado de integração com o final dos mandatos (cf. BID/INTAL, 1990, p. 26 ss).

A postura de Collor e Menem estava vinculada às reformas neoliberais, seja nos assuntos da integração no Cone Sul, quanto da abertura econômica e comercial dos respectivos países à concorrência internacional. Todavia, o que chama atenção na nova postura destes governantes foi a sintonia que ambos tiveram com a posição do governo Bush (pai), dos EUA, que, nove dias antes da Ata de Buenos Aires, no dia 27 de junho de 1990, havia lançado no Congresso o programa “Iniciativas para as Américas” (cf. o texto in COPELLO, 1991), fato destacado pelos dois atores da cena oficial. Dentre as ações desta política externa do governo Bush já constava a opção por estabelecer acordos bilaterais de livre comércio com os países latino-americanos ou com blocos sub-regionais. Estava aí,

portanto, o desenho fundante do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), lançada pelo governo estadunidense na reunião da Cúpula das Américas realizada no ano de 1994, em Miami.

Um processo de integração tem dimensões sociais que envolvem as esferas da institucionalidade – o que não significa dizer que num caso concreto não possa haver baixa oficialidade para os movimentos sociais das cidades e do campo e predomínio empresarial – e das organizações populares que reivindicam direitos sociais ou se mobilizam contra determinados projetos anti-populares.

Tratando-se do Mercosul, consideramos que a atuação popular articulada em torno do movimento “Fazer nossa a integração” – ¿Hacer nuestra la integración? – tenha sido uma experiência contundente (cf. CAMP, 1992-1993). Esta mobilização popular foi articulada a partir do *Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais*, realizado nos dias 22, 23 e 24 de março de 1991, em Santo Cristo/RS (cf. CUT/DNTR, 1991), onde estiveram presentes representações de trabalhadores do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Essa outra integração, construída na luta popular, na rua, teve enfrentamentos com a oficialidade. Algumas delegações das organizações rurais que iriam participar do Encontro Fronteiriço foram barradas nas alfândegas (porteiras de passagem nas fronteiras territoriais dos estados nacionais) ou em postos policiais. Para uma compreensão desta ação governamental contra os trabalhadores não é preciso muita reflexão!

Os casos concretos de integração envolvem, na teoria e na prática, dentro do Estado e da sociedade, conflitos, coerções, consensos, convencimentos e resistências.

Quanto aos artigos do “Dossiê”, a revista *Temas & Matizes* reuniu quatro contribuições, cujas análises e discussões, bem como os autores, merecem destaque. Os autores têm o propósito de analisar as últimas décadas da história e refletir sobre o futuro dos países do Cone Sul, da América do Sul e da América Latina no século XXI, em especial os rumos da integração, com destaque para o Mercosul e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Não é ao acaso que Moniz Bandeira e Samuel Pinheiros referiram-se às experiências de integração regional e sub-regional adotadas durante a segunda metade do século XX, destacando aos méritos e limites do pensamento periférico e as diretrizes da política externa brasileira para com a América do Sul e o Prata. Ambos os autores também avaliaram as influências anti-sociais que as reformas neoliberais produziram na região e no processo de integração, fato que corrobora com a seleção dos documentos históricos publicados nesta edição.

Luiz Alberto Moniz Bandeira, por sua vez, contribuiu com um texto base que apresentou no seminário “A política exterior do Brasil em sua própria visão e na dos parceiros”, realizado no Consulado-Geral do Brasil em Munique, na data de 7 de novembro de 2008. O artigo “O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior”, para quem conhece outros trabalhos de Moniz Bandeira, representa mais uma aula sobre a pesquisa histórica e o profundo conhecimento que ele tem dos meandros das disputas políticas, a exemplo da crise política ocorrida no Paraguai, em abril de 1996. Para esse caso, Moniz analisou os confrontos entre o presidente Juan Carlos Wasmosy e o general Lino César Oviedo Silva, decorrente do projeto de lei relacionado à construção de uma segunda ponte internacional entre o Brasil e o Paraguai.

Com a participação do professor Osvaldo Coggiola, através do artigo “América Latina no olho da tormenta mundial”, os leitores têm em mãos uma análise pormenorizada dos países latino-americanos, com destaque para o Brasil, Argentina e Venezuela, onde se vivenciam as experiências dos “novos governos nacionalistas” e uma reconfiguração da relação entre Estado, (ex)líderes populares sendo governantes e suas bases sociais de origem (movimentos sociais e dos trabalhadores). Na análise da crise do capitalismo, o olho

da tormenta, Coggiola enfoca as possibilidades do movimento indigenista na Bolívia e seu conteúdo radical para a transformação social e situa o problema cubano.

À leitura do artigo “O mundo multipolar e a integração sul-americana”, de Samuel Pinheiro Guimarães, primeiramente os leitores precisam ser informados de que o autor disponibilizou ao público brasileiro um texto foi produzido em 2007 e publicado na Argentina, como pode ser percebido no final do texto. Para além da marca temporal do escrito, Samuel Pinheiro, como é de praxe, trás dados relevantes, como foi o caso da financeirização da economia mundial, cujos ativos financeiros correspondiam a 109% da produção mundial, em 1980, e passaram a 316%, em 2005.

Do professor Paulo Roberto de Almeida temos o texto “Dilemas atuais e perspectivas futuras do regionalismo sul-americano: convergências e divergências”, no qual analisa os encontros e desencontros, continuidades e descontinuidades entre os cenários dos projetos de integração – a liberalização do comércio – e os planos dos novos governos nacionalistas, a exemplo de Hugo Chávez. Por outro lado, Paulo de Almeida aponta os problemas concretos das assimetrias e da ausência de integração física entre os países sul-americanos.

Por fim, Sônia Mendonça esclarece as diferenças entre “reforma agrária” e “questão agrária” num instigante artigo que analisa parte importante da historiografia sobre o tema.

Esperamos que este dossiê tenha provocado os leitores a indagar sobre a condição da América Latina no século XXI. É hora de falar do século XXI, não mais da passagem do século XX ao XXI nem do início do XXI, pois logo já se vai a primeira década. Acresce-se a isto, a observação de que as passagens de calendário são momentos oportunos para revisões, entretanto, não fogem muito da mera alteração da marcação numeral. A história e a sociedade permanecem com sua concretude.

Paulo José Koling
Organizador do Dossiê

REFERÊNCIAS

- BELATO, Dinarte. *Os Tratados de Assunção, o Acordo de la Rosaleda e a Iniciativa para as Américas*. Ijuí/RS: UNIJUÍ/SPED, maio/1992. (digitado)
- BID/INTAL. *Mercado Común entre Argentina Y Brasil – Tratado, Actas, Protocolos y Anexos – Período 1985 – 1990*. Buenos Aires: BID/INTAL, 1990.
- CAMP. “*¿Mercosul ou Nossa Integração?*”. Porto Alegre: CAMP, 1992-1993. (Informativo e Resenha de Imprensa, n.º. Zero-5)
- COPELLO, Belter Garre. *El Tratado de Asunción e el Mercado Común del Sur (MERCOSUR)*. Montevideo: Editorial Universidad Ltda., 1991.
- CUT/DNTR, CRAB, NAM, APPCH, ACODECO (ARG.), CRAI, ASIPAI, UNC (PY) (orgs.). *Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais. /Anais*. Santo Cristo/ Porto Alegre: CUT Nacional/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991. 44 p.
- DIEESE. *Os Trabalhadores e a integração econômica*. Porto Alegre, 17/10/1991. (mineo)
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos Anos de Periferia*. 2. ed.; Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora Universidade/UFRGS/Contraponto, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*, São Paulo, Ed. Brasil Urgente, 1992.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 4ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2000.